



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UnICEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

LUÍSA ARCOVERDE BEZERRA SOARES
CARMEN LUCIA MELO DE SOUZA

RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DE
PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS)

BRASÍLIA
2020



LUIZA ARCOVERDE BEZERRA SOARES

CARMEN LUCIA MELO DE SOUZA

**RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DE
PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS)**

Relatório final de pesquisa de Iniciação
Científica apresentado à Assessoria de
Pós-Graduação e Pesquisa

Orientação: Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

**BRASÍLIA
2020**

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a todos (as) profissionais da psicologia que atuam com a temática das relações raciais e que, de alguma forma, contribuem com a luta antirracista e com a descolonização da Psicologia!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos ao Centro Universitário de Brasília, por nos ter dado a oportunidade de pesquisar e escrever sobre uma temática tão importante.

Também gostaríamos de agradecer à FAP-DF por ter dado o auxílio financeiro para que a pesquisa pudesse acontecer.

Agradecemos imensamente ao Professor Lucas Alves Amaral pela grande parceria ao longo deste ano. Sua orientação nos incentivou a escrever melhor e produzir reflexões importantes e fundamentais para a Psicologia, enquanto uma área da saúde.

Agradecemos a todos (as) participantes dessa pesquisa! Vocês tornaram o nosso conhecimento visível e nos ensinaram muito. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

Por fim, agradecemos a assessoria do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Brasília por todo apoio e assistência durante esse ano.

RESUMO

Esta pesquisa surge de inquietações relacionadas ao sofrimento psíquico gerado pelo racismo. No Brasil, vivenciamos o enraizamento do racismo estrutural, ainda que mais da metade da população seja negra. A atuação da psicologia frente ao combate a discriminação racial faz parte do Código de Ética profissional. Entretanto, a história da profissão é marcada pela ênfase na saúde mental de pessoas brancas. A construção da Psicologia, em uma perspectiva eurocentrada, traz implicações para a atuação profissional frente ao racismo até os dias de hoje. As demandas da população negra foram, por muito tempo, desvalorizadas, resultando em um despreparo dos profissionais em acolher e legitimar o sofrimento psíquico derivado das vivências raciais. O objetivo desta pesquisa foi compreender os desafios e as perspectivas de psicólogos (as) negros (as) no que se refere à atuação profissional relacionada as relações raciais. O método da pesquisa foi qualitativo, utilizando como instrumento entrevistas semiestruturadas. A pesquisa envolveu um trabalho de campo de três meses com sete profissionais da psicologia negros (as), atuantes em atendimento clínico no Distrito Federal. Os (as) entrevistados (as) foram recrutados (as) por amostra por conveniência, através da rede de relações profissionais dos pesquisadores. A seção discussão foi dividida em dois eixos temáticos, sendo eles: (I) Perspectivas e desafios da trajetória de formação e como sujeito negros; (II) Estratégias de atuação profissional no atendimento a pessoas negras. No primeiro eixo, os resultados apontam para a invisibilidade da temática das relações raciais nos espaços acadêmicos, tanto no que diz respeito aos aspectos teóricos das abordagens psicológicas, bem como pela quantidade de estudantes negros presentes na graduação. Assim, defende-se a descolonização da psicologia, através do fortalecimento da interface entre psicologia e relações raciais, que pode contribuir para mudanças na grade curricular, incluindo autores (as) negros (as) no currículo de Psicologia. E, para além disso, incorporar na graduação produções científicas sobre a temática e alguns dos principais psicólogos (as) negros (as) que têm abordado esse fenômeno na prática profissional. No segundo eixo, discutiu-se a importância do reconhecimento do racismo e seus desdobramentos na saúde mental da população negra. Além disso, trata-se do dever da categoria profissional em rever as práticas de atuação tradicional. Nas considerações finais, tecemos comentários o fato de que a pesquisa nos aponta que a construção de uma Psicologia antirracista deve ser praticada por todos (as) profissionais, brancos (as) e negros (as).

Palavras chaves: racismo; sofrimento psíquico; psicologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
MÉTODO	17
RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
I. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS).....	19
I.I VIVÊNCIA NA GRADUAÇÃO	19
I.II DESCOLONIZANDO A PSICOLOGIA	22
II. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ATENDIMENTO A PESSOAS NEGRAS.....	28
II.I A CLÍNICA DESCOLONIZADA.....	28
II.II UM VÍNCULO IDENTITÁRIO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS	44
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	44
Anexo B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	48

INTRODUÇÃO

O caso da morte George Floyd marcou o primeiro semestre de 2020 e teve como consequência uma onda de manifestações ao redor do mundo contra o racismo, principalmente nos Estados Unidos. O homem foi vítima da violência policial estadunidense após ser abordado em Minneapolis por quatro agentes policiais, tendo sido acionados por um funcionário de uma loja que o acusou de tentar usar uma nota falsa de US\$20. Floyd foi morto por asfixia após um policial prensar o seu pescoço contra o chão. Apesar de ter expressado ao policial a impossibilidade de respirar, Floyd acabou sendo mais uma vítima da infame violência policial contra a população negra. O momento, tendo sido gravado por uma testemunha, viralizou na internet e mobilizou populações em diferentes regiões do mundo. Assim, ocorreram múltiplos protestos contra o racismo e a violência policial nos Estados Unidos, em países da Europa, da Ásia, da África e também no Brasil (Folha de S. Paulo, 09.06.2020; Acesso em: 18.06.2020).

No Brasil, a brutalidade policial contra negros também é gritante. Em maio de 2020, João Pedro, um adolescente negro de 14 anos, foi morto a tiros na sua casa em São Gonçalo através de uma operação policial contra o tráfico de drogas na região. Segundo a Rede de Observatórios da Segurança, 75% dos mortos pela polícia brasileira são negros (UOL, 15.07.2020; Acesso em: 18.10.2020). A morte de João Pedro e de George Floyd se apresentam como trágicas evidências de que o racismo está presente na contemporaneidade mesmo não sendo mais institucionalizado, tal como foi o regime do apartheid, em nenhuma região do mundo.

Além disso, a partir de exemplos como os da violência policial, é visível que o racismo se apresenta de formas distintas na atualidade em comparação a momentos anteriores — pode ser disfarçado por preocupações supostamente legítimas que independem da cor negra da pele.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), no Brasil, em 2019, 19,2 milhões de pessoas se declararam pretas e 89,7 milhões, pardas, o equivalente a 56,10% da população total do país (BRASIL, 2020). São, portanto, dezenas de milhões de pessoas vivendo em um país que, embora tenha grande parte da

população negra, reproduz o racismo nas suas relações sociais, das cotidianas às institucionais, a predominância de um racismo estrutural (DE OLIVEIRA, 2004).

Trabalhar pelo combate a discriminações, em especial, a discriminação racial a pessoas negras no Brasil, é um dos princípios do Código de Ética do profissional da Psicologia. A Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) N.018/2002 explicita, no seu artigo 1º, que “os (as) psicólogos (as) atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CFP, 2002, p.2).

Entretanto, os papéis assumidos pela Psicologia brasileira, ao longo de sua história, em relação ao racismo, revelam o quanto é emergente o debate sobre esses posicionamentos e suas implicações contemporâneas. Em um guia recente com referências técnicas sobre as relações raciais (2017), o CFP reconhece que os profissionais da área se posicionaram como cúmplices do racismo na época em que a Psicologia dava os primeiros passos no país e que, ainda hoje, alguns se mantêm coniventes com a perpetuação e/ou as consequências da posição assumida.

A história da profissão no país é marcada pela constituição da Psicologia enquanto profissão a partir de uma perspectiva europeia, fazendo com que a saúde mental fosse abordada principalmente em relação às demandas dos brancos (VEIGA, 2019). Assim, historicamente, a Psicologia praticada no Brasil tem como foco de suas preocupações um modelo de conceitos produzidos pelo — e que o tomam como parâmetro do sujeito universal — homem branco europeu (DA SILVA, 2010; CFP, 2017; VEIGA, 2019).

A colonização da Psicologia, dessa forma, traz implicações para a atuação dos profissionais frente ao racismo até os dias de hoje. Nesse sentido, as demandas da população negra passam a ser deixadas de lado, o que resulta na dificuldade de se promover um acolhimento efetivo que legitime o sofrimento derivado de uma violência racial (VEIGA, 2019).

Observa-se uma grande dificuldade — tanto na formação, quanto na atuação — do profissional da Psicologia em abordar o sofrimento subjetivo derivado do racismo em uma perspectiva integral, que leve em consideração aspectos sociais, culturais,

históricos e individuais que direcionam o estudo do racismo a partir de um processo complexo, que não diz respeito apenas sobre o sofrimento psíquico individual, mas que engloba toda uma visão de um racismo que é estrutural. Sobre esse tema, Veiga (2019) afirma:

A subjetividade negra é ignorada na grande maioria das graduações em Psicologia, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los e, ao mesmo tempo, sentirem que não estão sendo compreendidos em suas questões e nem escutados como pertencentes a um povo que, durante mais de 300 anos, foi escravizado e que, só há 130 anos, foi liberto (VEIGA, 2019, p.245).

Diante desse quadro, algumas iniciativas, em sua maioria de psicólogos(as) negros(as), buscam transformar esse olhar. Em 2010, surgiu a Associação Brasileira de Psicólogos e Psicólogas Negros e Negras (ABRAPSO). Desde então, a associação promove encontros nacionais e discussões diversas sobre a interface entre Psicologia e racismo, de modo que a Psicologia brasileira possa contribuir com uma leitura psicossocial dos determinantes das desigualdades e discriminações derivadas do racismo (ABRAPSO, 15/07/2010; Acesso em 16/04/2019). As ações da associação e de outras iniciativas, no entanto, contam ainda com pouca visibilidade na comunidade acadêmica da Psicologia brasileira, apontando para a necessidade de maior incentivo e pesquisa sobre as interfaces entre Psicologia e racismo no Brasil (BALBINO, 2007; DA SILVA, 2010; CFP, 2017).

Outra organização é a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP). O surgimento dessa organização se deu no ano de 2010, em São Paulo, e sua missão perpassa pela “articulação entre a produção de conhecimento e a ação política, no campo da psicologia, sobre o impacto do racismo na construção das subjetividades e nas relações raciais” (ANPSINEP, acessado em: 27/05/2020). Atualmente, tal articulação possui núcleos regionais que vêm atuando e refletindo acerca de pesquisas e ações sobre as relações raciais no âmbito do enfrentamento do racismo.

No Distrito Federal, especificamente, encontramos outras iniciativas, também, em sua maioria, promovidas por psicólogos(as) negros(as). Merecem destaque o REVIRA e o PSIAFRO, projetos dos quais falamos a seguir. O Ressignificando Vivências Raciais

(REVIRA) é um projeto da Universidade de Brasília (UnB) cujo objetivo é proporcionar espaços de compartilhamento de experiências raciais de estudantes negros através de um espaço de acolhimento. Por outro lado, o PSIAFRO é um projeto criado por uma psicóloga negra, proposto para a população negra com o intuito de trabalhar as vivências raciais a partir de um olhar que ultrapassa o sofrimento, mas constrói um caminho que trabalhe também com as potências dos sujeitos.

As quatro iniciativas ilustram novos caminhos que têm sido trilhados por psicólogos(as) na tentativa de exercer a profissão a partir de uma perspectiva que compreenda e considere as implicações psíquicas do racismo no país e também de produzir conhecimento a partir dessas experiências. Há também, inclusive no Distrito Federal, profissionais com atuações clínicas semelhantes, mas sem a configuração da prática como um projeto institucionalizado.

O contato com essas diferentes iniciativas permite um olhar amplo sobre formas de fazer uma Psicologia que rompa com o seu legado eurocêntrico. Dessa forma, este artigo, construído a partir de uma análise teórica do tema e de entrevistas com alguns profissionais que trilham uma trajetória nesse sentido, busca discutir o papel de psicólogos(as) negros(as) na realização de estratégias contra o sofrimento ligado à discriminação racial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escravidão é um dos processos históricos mais marcantes da construção histórica do Brasil. Durou mais de 300 anos e, com o seu término formal, em 1888, pela Lei Áurea, a comunidade negra conquistou uma liberdade que, na prática, implicou em uma série de discriminações e desigualdades que persistem até os dias de hoje. A liberdade não facilitou o acesso à moradia, saúde, educação e relações de trabalho favoráveis. Pelo contrário, colaborou fortemente para o desenvolvimento de um racismo estrutural (SCHWARCZ, 2017).

A ciência tem forte participação nessa história. Segundo Munanga (1988), a expansão da Europa ocidental, a partir do século XV, precisou de um discurso que legitimasse a escravidão. Dessa forma, buscou-se na ciência explicações que justificassem que a diferença entre o branco europeu e o negro africano não se limitava a questões estéticas. Com o aval de especialistas, “o fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa, e o de ser negro necessitava de uma explicação científica” (MUNANGA, 1988, p.9)

A lógica sobreviveu ao fim dos regimes escravocratas, se tornando, inclusive, fator estruturante na formação dos povos do novo continente, como os brasileiros. O processo de política de embranquecimento é um desses desdobramentos significativos (SCHWARCZ, 2017). Configurou-se a partir de uma política imigratória, na qual europeus brancos eram incentivados a migrarem para o Brasil, dando forma a um discurso político oficial baseado em teorias eugênicas que associavam o atraso nacional à miscigenação com povos africanos e ex-escravos.

O psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues foi um dos primeiros autores brasileiros a reforçar a ideia de inferioridade dos negros, praticando uma Psicologia do patológico e da criminalidade que tinha em vista a inferioridade das pessoas negras (DA SILVA, 2010). Para o fundador da antropologia criminal no país, os (as) negros (as) tinham a tendência à criminalidade devido a um desenvolvimento psíquico inadequado, resultado de uma inata e involuntária propensão à impulsividade. Suas ideias adentraram profundamente na consciência popular, impulsionada, em grande parte, pelos profissionais de Psicologia da época (DA SILVA, 2010; CFP, 2017).

Essa construção social que hierarquiza a diferença entre as pessoas justifica, para Benedito (2018), o conceito de raça. A autora considera que a divisão de raças não existe biologicamente, o que faz com que esse conceito tenha cunho ideológico. Neste artigo, também consideramos o uso da ideia de raça como um construto social que favorece a disseminação e a perpetuação de diferenças e privilégios.

É a partir desses mecanismos que o racismo se constitui e ganha força (MUNANGA, 2003; BENEDITO, 2018). Munanga (2003) enfatiza que o racismo se estrutura a partir da construção da noção de superioridade, de forma que as relações de dominação e poder são configuradas como uma das principais vias para a sua manutenção. Benedito (2018), por sua vez, reforça que se trata de uma construção social complexa e multideterminada, com desdobramentos nas relações cotidianas e institucionais.

Na tentativa de abordar as diversas instâncias do racismo, Gomes (2017) discute que, no Brasil, ele pode ser definido a partir de três dimensões. A primeira dimensão diz respeito à produção ideológica, construída historicamente através de doutrinas, ideias pretensamente científicas, conjuntos de noções religiosas, entre outros “saberes” que atribuem uma inferioridade da ordem da “natureza” a determinados grupos de origens e marcas específicas.

A segunda dimensão do racismo relaciona-se aos comportamentos preconceituosos e discriminatórios, baseados em noções de senso comum e praticados com fins de hierarquizar grupos humanos, envolvendo uma associação com dominação econômica e simbólica. Nessa perspectiva, as práticas racistas independem de justificção ideológica ou de elaboração de ideias oriundas da ciência ou das religiões.

Por fim, a terceira dimensão afirma o racismo como uma estrutura cultural sistêmica, que atravessa instituições sociais diversas. É possível nessa dimensão perceber consequências mais tangíveis da discriminação racial e que também têm implicações psicológicas nas pessoas negras. As dificuldades de acesso a oportunidades econômicas favoráveis e as limitações da formação escolar básica à universitária são, por exemplo, evidentes no Brasil.

A situação é agravada pelo fato de as práticas discriminatórias serem, de certa forma, maquiadas pela concepção de convivência harmônica entre brancos e negros, ideia intitulada por estudiosos do racismo como o “mito da democracia racial” (SCHUMAN, 2012; CFP, 2017). O mito da democracia racial estabeleceu-se também como um movimento político, cuja característica é falar o menos possível sobre o racismo (CFP, 2017). Esse cenário faz com que as práticas discriminatórias sejam, na maioria das vezes, dissimuladas, indiretas e, conseqüentemente, silenciadas ou negadas facilmente (DE OLIVEIRA, 2004).

A discriminação, o “mito da democracia racial” e as políticas de branqueamento permeiam a atualidade brasileira em diferentes cenários, sejam eles políticos, sociais, culturais, econômicos e midiáticos. Aprofundando nesse último aspecto, a mídia acaba, muitas vezes, por reafirmar o preconceito racial, sendo um dos principais recursos de manifestação de identidade cultural (SANTOS *et al*, 2020). Sobre o papel midiático, nesse contexto:

(...) Todavia, existe a possibilidade desses grupos minoritários, em especial os negros, estarem sendo representados de tal forma que contribua para a sustentação e perpetuação de uma figura desfavorável e, por vezes, tendenciosa quanto a sua participação sociocultural (...) (SANTOS *et al*, 2020, pp.4)

Como afirmado no trecho acima, os papéis sociais dos (as) negros (as) nas telenovelas brasileiras ilustram bem o fenômeno. Enquanto brancos personificam anjos, heróis, nobres e protagonistas, os (as) negros (as) são geralmente associados a papéis sociais de vilões, pobres e empregados, ou seja, personagens subalternos e estereotipados (DA SILVA, 2010).

A perpetuação de uma condição desfavorável a que Santos *et al* (2020) se refere tem um desdobramento psíquico. O sofrimento derivado do racismo diz respeito a todo e qualquer mal-estar, no âmbito individual (ou intrapsíquico) ou sócio-cultural (em nível identitário e de exclusão institucional e material por ser parte de um coletivo marcado identitariamente), vivenciado por sujeitos negros. Pesquisas que apontam situações

clínicas de pacientes negros(as) indicam o sofrimento como sinônimo de insegurança, baixa autoestima e ansiedade generalizada. Relata-se disfunções orgânicas e psíquicas de várias ordens, tais como depressão, crises psicóticas ou mesmo sensações de taquicardia e sufocamento constantes (TAVARES; KURATANI, 2019), aspectos que indicam "trauma".

Kilomba (2010) discorre sobre a subjetividade de tais traumas derivados do racismo ao mostrar a relação entre sensações físicas de mal-estar e uma experiência subjetiva complexa a nível identitário. O impacto corporal, muitas vezes doloroso, relaciona-se a um desamparo existencial e a uma constante separação identitária da pessoa negra de sua história e comunidade diante dos ditames da cultura hegemonicamente branca ocidental.

A maioria das pessoas negras fala sobre experiências cotidianas de racismo, indicando um doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter. Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada enquanto branca (KILOMBA, 2010: 176).

O racismo, assim, gera sofrimento também em nível de inserção social do sujeito, pois envolve desigualdades de oportunidades e violências simbólicas e físicas. Tais situações “podem levar a população negra ao sofrimento psíquico, em formas e intensidades diversas” (BRASIL, 2016; p. 24).

Como expressão subjetiva, o sofrimento derivado do racismo, envolve vivências atravessadas pelo o ódio, o auto-ódio, a introjeção de afetos hegemonicamente considerado "normais", mas que estão associados historicamente à branquitude, bem como sentimentos de culpa e vivências de desprezo e abusos, tal como nos aponta Veiga (2019:246) :

A experiência da negritude é marcada pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre as vidas negras desde a escravidão até os dias de

hoje. Ódio que, introjetado nas subjetividades negras, resulta num doloroso processo de auto-ódio. Essa engrenagem subjetiva de introjetar o afeto do outro como sendo seu é muito semelhante ao que se dá com uma vítima de abuso ou outra violência. A vítima, por vezes, sente-se culpada pelo ocorrido quando o afeto de culpa deveria ficar com o abusador. Culpa e auto-ódio atravessam na dolorosa experiência de elaboração do trauma de uma violência. Os abusos do racismo sobre os corpos e as subjetividades negras têm como um de seus efeitos a culpa pela condição socioeconômica precária em que a maior parte da população negra se encontra; e o auto-ódio por toda a raça negra e por si mesmo por sentir-se falho, menor, sem qualidades diante dos privilégios da branquitude.

Juntos, esses fenômenos podem potencializar crises de identidade, conflitos internos e incertezas tanto naqueles que vivem em conformidade com esses acordos sociais, consciente ou inconscientemente, quanto nos que buscam resistir a esse sistema opressor. Para Batista et al (2014), a estratégia de essencialização das pessoas negras apenas por suas características fenotípicas é uma das principais marcas do racismo, pois homogeniza e naturaliza características individuais como sendo de um grupo coeso, o que gera uma crise de identidade no sujeito.

Para o sujeito que tem sua individualidade diluída em estereótipos de um grupo, esse processo tem consequências psíquicas severas. A expressão desse sofrimento se dá de formas variadas: desamparo, falta de acolhimento, diminuição ou disfarce dos sentimentos da vítima, isolamento de laços afetivos e de amizade, além de autoculpabilização (DA SILVA, 2010; CFP, 2017; BENEDITO, 2018).

Cabe ressaltar que o Conselho da categoria admite que a Psicologia brasileira se mantém “invisível” à demanda de mais da metade da população brasileira em diferentes frentes. Ao, por exemplo, deixar de usar os seus recursos no enfrentamento ao racismo. Recursos esses “justamente tão apropriados para questões de identidade, autoestima, relacionamento interpessoal e dinâmicas psicossociais” (CFP, 2017, p.76). A invisibilidade também é refletida no ao silenciamento da temática nas produções acadêmicas da área.

Por fim, cabe-nos evidenciar que o sofrimento subjetivo derivado do racismo ganha um tom epistêmico na própria produção da ciência e práticas profissionais, tal como a Psicologia. A reprodução deste silenciamento nas ciências e práticas profissionais tem como consequência um silenciamento que se traveste em "máscara do silenciamento" na experiência individual. A constante invisibilização gera, assim, uma auto-invisibilização e naturalização da ordem do conhecimento. Esse silenciamento tem como foco a boca e a voz do sujeito, que, no caso da Psicologia, tendem a não se sentir à vontade pra falar de suas questões pessoais, dado um olhar epistemológico que desconsidera o sofrimento derivado do racismo como fenômeno histórico, social e cultural, tendendo a centrar a dor como uma questão de escolhas individuais num mundo liberal.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, com trabalho de campo entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020. O instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada, contendo abertura para abordar outros aspectos conforme a necessidade ao longo do encontro. As perguntas norteadoras para a construção do roteiro de entrevista semiestruturada foram: Quais desafios e perspectivas de atuação profissional da Psicologia no que tange o sofrimento subjetivo derivado do racismo? Como psicólogos(as) negros(as) enxergam sua formação e quais estratégias de atuação utilizam com sua clientela de pessoas negras? Como é ser negro(a) num país que atravessado por um racismo estrutural e atuar no atendimento a pessoas negras(os)?

Nesta pesquisa, foram entrevistados sete profissionais da psicologia negros (as), que atuam com atendimento clínico no Distrito Federal. Os critérios de inclusão dos entrevistados na pesquisa foram: o tempo de atuação na psicologia clínica de, no mínimo, um ano, e a autoidentificação dos profissionais como negros. Desses participantes, seis autorizaram a utilização do nome real no decorrer da pesquisa e, uma participante, optou pela não divulgação do seu nome (descrito abaixo). Os entrevistados foram recrutados por amostra por conveniência, através da rede de relações profissionais dos pesquisadores. Os perfis dos participantes está descrito em linhas gerais, a seguir:

Flora (28 anos, atua há cinco anos, inserida na atuação clínica); Ana Luísa (37 anos, formada há 15 anos, atualmente faz Doutorado com o tema racial voltado para mulheres negras); Vinicius (41 anos, formado há nove anos, atualmente trabalha na área clínica e coordena uma roda de conversas com homens negros); Fernanda (36 anos, atua há 7 anos na área clínica); Amanda (25 anos, atua desde 2018 no âmbito clínico); Paula Gabriela (26 anos, formada há cinco anos, atua na clínica) e Marina (nome fictício, 26 anos, graduada em 2019, atua na área clínica).

O conjunto de informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas foi transcrito e organizado em eixos temáticos, conforme o método de análise de conteúdo temática (GOMES, 2002). Assim, algumas categorias analíticas orientaram o trabalho interpretativo acerca do que foi expresso nas entrevistas transcritas. A interpretação e

a análise foram realizadas sob a lente da literatura recente de orientação crítica e pós-colonial produzida nas ciências sociais e na Psicologia Social, especificamente, nos estudos sobre relações raciais, com base em autores como Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Sousa e Wade Nobles, Angela Davis, Bell Hooks, Grada Kilomba, Paul Gilroy, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Maria Lucia da Silva, Lucas Veiga, entre outros.

A pesquisa é dividida em quatro partes, além da introdução. Em Resultados e Discussão, apresentamos as análises derivadas das entrevistas em dois eixos temáticos: (i) Perspectivas e desafios da trajetória de formação de psicólogos(as) negros(as), dividido em duas subpartes “Vivência na Graduação” e “Descolonizando a Psicologia”; (ii) Estratégias de atuação profissional no atendimento a pessoas negras, dividido em: “A clínica descolonizada” e “Vínculo Identitário”. Por fim, tecemos breves Considerações Finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

I. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS)

Nesta seção, discorreremos sobre as principais vivências e reflexões durante a graduação em Psicologia que foram apontadas ao longo das entrevistas. Essa discussão está presente no tópico nomeado como “Vivência na graduação”. Já na segunda parte, “Descolonizando a Psicologia”, apresenta-se discussões sobre os desdobramentos da ausência da temática das relações raciais durante a graduação e, em seguida, elenca-se as possibilidades para a desconstrução da colonização da Psicologia.

I.1 VIVÊNCIA NA GRADUAÇÃO

A grade curricular do curso de Psicologia pouco aborda sobre a temática das relações raciais, principalmente no que diz respeito às estratégias de acolhimento e possíveis intervenções (VEIGA, 2019). Santos e Schucman (2015) afirmam que, mesmo com todo avanço presente referente à produção de pesquisas sobre o racismo no Brasil, os cursos de graduação em Psicologia estão defasados no que diz respeito à atuação da Psicologia frente às questões raciais.

A invisibilidade das relações raciais também atravessa os espaços acadêmicos de duas formas. Primeiramente, pelos próprios aspectos teóricos das abordagens psicológicas, que fortalecem uma visão embranquecida. Em segundo lugar, pela quantidade de estudantes negros presente na graduação, como expresso pelas entrevistadas nos trechos abaixo:

Ana Luísa: Na minha turma de graduação eu era a única aluna negra ou literalmente identificada como negra, porque depois a gente vai percebendo algumas pessoas, mas enfim. A única pessoa negra e tentando me descobrir assim, não descobrir, mas de falar sobre isso, e até de uma questão de cabelo, de corpo que foi se transformando na universidade. (...) Ainda hoje eu acho que as universidades são muito brancas, né.

Paula Gabriela: (...) Então, isso sempre me mobiliza, porque eu acho que, enfim, o acesso à educação, à universidade é importante, né. A gente precisa estar lá, mas como é perverso, como a graduação é perversa, como um estudante negro às vezes fala e é desvalorizado, ele se sente enfim, burro.

As diferentes experiências a partir da relação racial trazem consigo aspectos da subjetividade enquanto uma instância da identidade racial, que sofre implicações considerando a política de embranquecimento presente no contexto brasileiro. Assim, o racismo torna-se institucionalizado dentro das próprias academias, através da reprodução de preconceitos, discriminações e ocultamento do sofrimento psíquico advindo do racismo (RIBEIRO, 2019).

Essas experiências apontam para a relevância de um movimento de descolonização da Psicologia, que surge como um fortalecimento de uma ciência que acolhe e discute sobre os efeitos do racismo e seus desdobramentos na subjetividade dos indivíduos, através de um resgate da cultura e da história da população negra brasileira (VEIGA, 2019). A construção dessa Psicologia se estende principalmente ao espaço acadêmico, contribuindo para uma formação dos profissionais diferenciada, pois, ao contrário:

Ao limitar-se às conceituações brancas e europeias sobre saúde mental e sofrimento psíquico, **a psicologia brasileira deixa de contemplar e tratar adequadamente 54% da população do país**, composta por negros e negras". (VEIGA, 2019, pp. 245, grifo nosso).

Os(as) psicólogos (as) que foram entrevistados ao longo da pesquisa, afirmaram que foi necessário buscar a temática racial fora da graduação, tendo em vista a falta dessas discussões ao longo do curso. Esse fator só reforça como o Brasil é um país marcado pelo racismo estrutural. Assim, esta pesquisa contribuiu para a percepção desse silenciamento, mas, ao mesmo tempo, do engajamento dos participantes para construir uma atuação também fundamentada na perspectiva racial, para além do âmbito profissional, como explicitado nos trechos abaixo:

Vinicius: *Na universidade, eu não vi nada sobre isso, quase nada assim. Então, foi um tema que eu desenvolvi depois, procurei profissionais que estavam atuando nesse campo, busquei especialização, foi meio que por minha conta assim.*

Flora: *Eu também discuti isso apenas em uma disciplina, que foi de Psicologia Social, no meu segundo semestre. Aí depois, no oitavo semestre, eu peguei uma matéria que era optativa, ou seja, que eu quis escolher, eu quis fazer porque não era obrigatória, chamada Psicologia do gênero. E a professora trouxe algo sobre o feminismo negro. (...) Então esse projeto surge a partir do meu incômodo com a Psicologia e com o olhar que não se dá com as questões da negritude. Porque tem muito sofrimento psíquico aí, o racismo traz muito sofrimento psíquico.*

Nestes trechos, pode-se perceber como cada profissional foi construindo um caminho pessoal próprio, na tentativa de suprir essa ausência vista no curso de Psicologia. Segundo Santos e Schuman (2015), ao adentrar nessas discussões raciais durante a graduação, há um ganho no campo profissional, de modo que a Psicologia passa a ocupar diferentes esferas sociais da vida. O sofrimento psíquico derivado do racismo perpassa diferentes espaços sociais, tornando a compreensão das relações raciais necessária para todos campos de atuação da Psicologia enquanto profissão. Levando isso em consideração, Cerqueira (2013) afirma que psicologia, dentro do contexto brasileiro, pode desenvolver ações tanto na prática, bem como em intervenções que estejam relacionadas com o enfrentamento dos desdobramentos ocasionados pelo racismo para a população negra.

Os(as) profissionais entrevistados(as) apontaram como fundamental à inclusão dessa temática no currículo acadêmico da graduação em Psicologia:

Ana Luísa: *(...) É fundamental, assim. As instituições, as universidades, as faculdades elas têm que rever o currículo urgente, têm que ter disciplina obrigatória falando de questões raciais, falando de questões de gênero.*

Fernanda: *Eu acho, eu acho muito importante, porque é uma violência, né. Como que a gente não vai pensar em uma violência, né, assim como a gente pensa violência contra mulher, machismo, feminicídio, mulheres que estão oprimidas, devia pensar lá, né? A gente vai atender pessoas que sofreram... quem são as pessoas que entram aqui? Pessoas que estão com algum tipo de sofrimento. O sofrimento pode ter sido causado por alguma opressão, por alguma violência. Então, a gente tem que estudar essas violências e o que elas causam né, então, o racismo é uma das (...).*

As entrevistas expressam a relevância de abarcar as relações raciais durante a graduação para a atuação profissional. A inclusão de disciplinas específicas sobre a temática racial traz como contribuição a possibilidade de discussões sobre identidades raciais, formas de atuação, estratégias de acolhimento e ainda, fortalece a desconstrução de preconceitos e discriminações presentes na esfera social (CFP, 2017), ampliando as reflexões acerca do sofrimento psíquico que o racismo tem gerado no Brasil.

Um outro fator relevante na trajetória dos participantes da pesquisa é o seu contato com literaturas críticas e de orientação decolonial nesse percurso por buscar compreender as relações raciais no Brasil para além da graduação formal. Autores e autoras africanos, afro-americanos e brasileiros, pouco estudados nas graduações, tais como Frantz Fanon, Lelia Gonzalez, Neusa Santos Sousa e Wade Nobles, Angela Davis, bell hooks, Grada Kilomba, Paul Gilroy, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Lucas Veiga, entre outros.

I.II DESCOLONIZANDO A PSICOLOGIA

Como já sinalizado anteriormente, há uma carência da temática das relações na grade curricular de grande parte das instituições de graduação em Psicologia. Ao se deparar com a história da Psicologia, percebe-se que seu nascimento se deu através de uma perspectiva eurocentrada. Nesse sentido, a base teórica aprendida na graduação é composta, na maioria, por teóricos brancos (as) (VEIGA, 2019).

Do mesmo modo, a concepção de saúde mental foi muito tempo baseada na vivência da população branca. Nesse sentido, é possível afirmar que, por muito tempo, a saúde mental da população negra, assim como o sofrimento psíquico derivado do racismo foram deslegitimados (VEIGA, 2019; OLIVEIRA E LIMA, 2017; DAMASCENO E ZANELLO, 2018).

Mesmo com o avanço de profissionais negros (as) no que diz respeito a produções científicas, Veiga (2018) esclarece que as instituições de ensino continuam ocultando essa temática na graduação tanto nas disciplinas referentes à saúde mental, assim como na inclusão de intelectuais negros (as) na bibliografia da grade curricular. A prática da Psicologia eurocentrada foi e é marcada pela predominância de teorias eurocêntricas e práticas coloniais que perduraram na prática profissional por muito tempo, tendo como base a perspectiva teórica do positivismo (SPINHA, 2017).

Nesse sentido, o olhar crítico sobre a temática racial tardou na Psicologia, fazendo com que o racismo fosse compreendido como um fenômeno dissociado do sofrimento psíquico. Muitas autoras (DA COSTA E DE OLIVEIRA, 2019; DAMASCENO E ZANELLO, 2018) defendem a ideia de que o primeiro passo para mudança é reconhecer o racismo enquanto um evento que pode provocar impacto na saúde mental da população negra e que, portanto, faz parte do objeto de estudo da Psicologia. A necessidade do olhar crítico para as relações raciais, enquanto categoria profissional, vêm se fortalecendo cada vez mais.

Sob tal perspectiva, o debate sobre relações étnicas, relações raciais, racismo, políticas públicas deve ser parâmetro basilar para a formação do psicólogo e todos os profissionais da saúde mental e da saúde em geral (OLIVEIRA E NASCIMENTO, 2018).

Para os(as) entrevistados(as), a atuação do(a) psicólogo(a) clínico é inseparável dos fenômenos que permeiam a sociedade. Assim, a psicoterapia deve abarcar a temática racial, já que é um conteúdo que atravessa diferentes espaços sociais, bem como acompanha o cotidiano da população negra, como mencionado no depoimento abaixo.

Fernanda: *A partir do meu trabalho aqui, penso que tem muita gente adoecida, que o racismo adocece, que o racismo é vivenciado de várias formas que a gente não tem controle sobre (pausa) a gente pode sair por essa porta e, eu posso ir até o banheiro, sabe? Posso sair dessa sala e experienciar uma vivência de racismo. Eu posso chegar para trabalhar e viver isso, entrando aqui.*

Nesse sentido, defende-se a inclusão de autores que discutam a interface entre a Psicologia e relações raciais na grade curricular, incorporando alguns dos principais psicólogos(as) negros(as) que têm abordado sobre esse fenômeno. A importância da inserção dessa percepção foi legitimada por todos participantes da pesquisa:

Vinicius: *É muito importante, muito. Inclusive porque a gente tem uma Lei né, que fala que é obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira, então eu acho que seria um meio inclusive da lei ser implementada. E a maior parte da população brasileira é negra, então deveria ter pelo menos alguns tópicos né disso.*

Flora: *Isso precisa chegar na graduação, no currículo. Para mim a mudança é sempre educação, assim. Enquanto a gente não chega é criar estratégias também, de reconhecer essa dor.*

A descolonização da Psicologia vai de encontro às mudanças que estão baseadas no reconhecimento do mito da democracia racial e de produções científicas que discutam o papel da Psicologia no campo das relações raciais, fomentando a produção de conhecimento e de novos referenciais teóricos (OLIVEIRA E NASCIMENTO, 2018). Durante as entrevistas realizadas, questionou-se aos participantes acerca dessa função dentro da atuação da Psicologia:

Ana Luísa: *Então eu acho que é um compromisso ético e social nosso. Sabe assim, de lidar com essas questões e fazer esse questionamento interno e externo, né, escutar para além daquilo que está sendo trazido, porque a gente faz isso na clínica, mas por que não escutar sobre o racismo, né?*

Fernanda: (...) Agora falando da psicologia, a forma da gente é acolhendo, podendo falar sobre isso. Aqui a gente pode falar sobre racismo. (...) **Não só psicólogos negros, todos os psicólogos que trabalham dentro do consultório, a gente tem que dar espaço para todo tipo de dor né** (grifo nosso).

Atualmente, o debate sobre a intersecção entre Psicologia e questões raciais vêm crescendo no contexto brasileiro. Muitos profissionais têm sido fundamentais para desconstruir a Psicologia enquanto uma via de reprodução do racismo. A Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades (ANPSINEP, acessado em: 29/07/2020), por exemplo, representa um grande avanço desse aspecto, caracterizando-se pela abertura para mudanças e transformações dentro do campo teórico e prático da Psicologia.

Essa articulação tem promovido muitas discussões e produções teóricas que fomentam um novo olhar para a Psicologia, reforçando a ideia: “(...) A Psicologia precisa se debruçar nesse momento sobre questões sócio-históricas e comunitárias para entender a amplitude do racismo na história latino americana” (MÄDER, 2016, p.16).

Veiga (2019) defende que a descolonização da Psicologia está para além da inclusão de teorias e teóricos apagados, mas deve refletir-se sobre o lugar do (a) psicólogo (a) “(...) porque é desse lugar que ele exerce a escuta” (p.246) e qual é o seu posicionamento frente ao racismo. Essa questão vai de encontro com a fala de Flora, que afirma a necessidade do próprio profissional buscar atualizações e discussões a temática:

(...) Cabe muito a cada profissional buscar, e aí ele precisa se afetar a isso. Os profissionais de psicologia precisam entender que a nossa profissão carrega, ela é política.

(...) Pro profissional ser um bom profissional de psicologia, ele precisa buscar e ele precisa ler, ele precisa ser curioso. Eu acho que essa é a grande ferramenta.

O desenvolvimento de uma Psicologia afrocentrada ou preta vem ganhando força e espaço de debate. Um dos pilares desse novo olhar está centrado na

afrocentricidade. Segundo Mazama (2009), esse conceito é uma resposta ao paradigma eurocêntrico, que busca pela valorização da história da população negra. A afrocentricidade também representa um resgate de diversos aspectos, como: culturais, psicológicos, subjetivos e históricos (ASANTE, 2009)

O crescimento dessa perspectiva afrocentrada tem se tornado uma alternativa para a realidade da Psicologia, já discutida anteriormente. A Psicologia preta surge nos anos 80, nos Estados Unidos, como uma proposta de reconfigurar as práticas profissionais, baseada na subjetividade negra. A política não está dissociada da atuação clínica, de forma que o setting terapêutico dê lugar às experiências e um espaço para sentir, acessar e compreender o outro (VEIGA, 2019).

Flora: Olha, primeiro que assim, a psicologia ela não se dissocia da política né? Então assim, a psicologia por si só ela é política. Então a sua escuta terapêutica é uma escuta que tem que ser política.

Flora: A gente tem que trabalhar esse resgate do que é ser negro e da potencialidade de ser negro.

Marina: Eu acho necessário, assim. Eu acho necessário e acho que a psicologia afrocentrada ela vem em busca dessa reparação histórica conceitual, de tentar de algum modo preencher essa lacuna.

É possível e necessário o exercício prático de uma Psicologia antirracista, segundo todas(os) entrevistadas(os) da pesquisa. Para isso, faz-se importante o contato com a diversidade de movimentos e literaturas anti-racistas na atualidade uma politização da prática da Psicologia, ancorando-a aos compromissos sociais expressos nos princípios do Código de Ética da profissão.

Acerca desse tema, Ribeiro (2019) discorre sobre as diferentes formas pelas quais todos, brancos e não brancos, podem auxiliar no combate ao racismo por meio de ações cotidianas. Em primeiro lugar, a autora destaca a importância de se reconhecer que o racismo é um problema estrutural e não individual. Em outras palavras, todos são criados em uma sociedade que é estruturalmente racista, o que implica que todos sejam, em algum nível, produtores de comportamentos racistas.

Na área da Psicologia, Veiga (2019) expõe epistemologias de diferentes autores negros, alguns deles citados na sessão anterior, que foram desde sempre apagados dos currículos educacionais. O autor propõe que a Psicologia brasileira, que é branca, deve ser, portanto, descolonizada, o que significa em parte resgatar produtores negros do saber para que as questões trazidas na clínica por uma pessoa negra possam ser entendidas como parte de uma subjetividade negra, e não das subjetividades brancas que, em grande parte, desconsideram as singularidades da vivência negra no Brasil. Deve-se realizar um resgate de epistemologias como essas para ampliar o escopo da Psicologia em relação às subjetividades negras e, dessa forma, conseguir auxiliar na saúde mental da população negra de forma mais eficaz.

Vinicius: Uma outra frente que eu acho que esses profissionais tem é indicar, para profissão, que tudo que foi feito até agora na psicologia foi formulado por homens brancos, europeus, para aquele público. Então assim, o sujeito africano, o sujeito periférico, o sujeito negro, ele não foi problematizado como sujeito, mas sim como algo desprovido de uma intelectualidade, de uma subjetividade.

II. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ATENDIMENTO A PESSOAS NEGRAS

Esta seção tem como eixo central a atuação clínica da Psicologia com pessoas negras, tendo em vista as discussões já fomentadas até aqui sobre a descolonização dessa categoria profissional. Os próximos tópicos, intitulados como “A Clínica descolonizada” e o “Vínculo Identitário” visam contribuir para a interface entre teoria e prática, levando em consideração os desafios e as perspectivas desses profissionais que também são negros(as) e vêm tendo como foco principal um fazer Psicologia diferente do paradigma hegemônico.

II.1 A CLÍNICA DESCOLONIZADA

A maneira com que o racismo está estruturado na sociedade reafirma a importância de um compromisso da Psicologia na mobilização e na atuação frente às temáticas raciais em todos os âmbitos profissionais. Enfatizando o cenário clínico correspondente a essa pesquisa, a fala de Fernanda vai de encontro com as reflexões de Benedito (2018), tendo em vista sua afirmação sobre o atravessamento das vivências raciais nos atendimentos.

*Fernanda: A partir do meu trabalho aqui, **penso que tem muita gente adoecida, que o racismo adoeca, que o racismo é vivenciado de várias formas que a gente não tem controle sobre** (pausa) a gente pode sair por essa porta e, eu posso ir até o banheiro, sabe? Posso sair dessa sala e experimentar uma vivência de racismo. Eu posso chegar para trabalhar e viver isso, entrando aqui. (grifo nosso)*

É indispensável fundamentar a atuação clínica nos princípios básicos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Segundo as referências técnicas (CFP, 2017), fica vedado ao (a) psicólogo (a) praticar qualquer tipo de discriminação no âmbito profissional. Dessa maneira, a categoria profissional deveria atuar prontamente em uma

perspectiva antirracista, bem como promover ações para o combate do racismo, desde produções teóricas até a questão prática em si. Em contrapartida, dando ênfase à na realidade clínica, muitos profissionais estão caminhando para o lado oposto, como exemplificado na fala de Marina:

Marina: (...) É obrigatório, né, faz parte das normas do Conselho Federal de Psicologia o profissional não ser racista. E se os profissionais brancos estão sendo racistas ou não estão preparados para o sofrimento advindo do racismo, isso é um grande problema da categoria.

A atuação de psicólogos(as) no âmbito clínico envolve enfrentar diferentes tipos de sofrimentos psíquicos, que perpassam nas histórias de vida dos clientes. Segundo Pinto (2019), falar de sofrimento psíquico envolve englobar fatores fundamentais na saúde do indivíduo, sendo eles sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, identidade de gênero, psicológicas e sociais. Porém, infelizmente, quando aprofunda-se na questão racial, a clínica ainda tem sido um lugar de reafirmação e manutenção do preconceito racial, principalmente por parte de profissionais brancos, como indicado na fala abaixo:

*Vinicius: (...) Mas o profissional branco, ele também tem a sua responsabilidade em não violentar mais essas pessoas e ter uma escuta antirracista né, porque esses clientes/pacientes também chegam com essa reclamação: “**poxa, fazia terapia com profissional branco, um excelente profissional, quando eu cheguei na questão racial ele atribuiu a algo do meu imaginário**”, então assim, violenta mais essa pessoa em um serviço que era para acolhimento né, de saúde **(grifo nosso)**.*

Assim, tendo como base esse trecho acima, a descolonização da clínica se dá a partir da compreensão e do reconhecimento do racismo enquanto uma via de sofrimento psíquico, para possibilitar a construção de uma escuta antirracista. Por outro lado, o desconhecimento leva a Psicologia para dentro de um cenário de despreparo para o acolhimento dessa população. A fala de Paula Gabriela, a seguir, ilustra esse despreparo, tendo em vista que, ao tocar nas temáticas raciais, muitos profissionais não sabem como trabalhar essa questão.

Paula Gabriela: *Eles querem um profissional negro, porque a maioria dos pacientes que eu atendo, eles já vieram das experiências de terem passado por outros psicólogos, de terem levado alguma queixa relacionado à questão racial e de não conseguirem trabalhar essa questão (grifo nosso).*

Com base nesses relatos, pode-se afirmar que o mito de democracia racial atravessa o *setting* terapêutico, de modo que muitos profissionais brancos não conseguem colocar em prática um dos elementos centrais da Psicologia, no geral, que é a promoção do acolhimento. Esse fator pode ser exemplificado na fala acima, somado ao discurso de Vitor, ilustrando o desconhecimento de vivências raciais, que muitas vezes é atribuído como uma questão do campo imaginário. (TAVARES e KURATANI, 2019; DA SILVA, 2017).

A complexidade da temática racial deve ser incorporada ao contexto terapêutico (DA SILVA, 2017). Tal necessidade se aplica tendo em vista a falta de legitimação das vivências raciais, enquanto uma instância de sofrimento psíquico, na atuação de muitos profissionais da Psicologia (VEIGA, 2019, acesso em: 03/06/20). A deslegitimação é resultado de um racismo estruturante presente na sociedade, mas que contribui para o silenciamento do racismo inclusive na prática clínica, que deveria promover um espaço de escuta atenta e acolhimento que é do indivíduo. Sobre isso:

Ana Luísa: *Então assim, por ser muito estruturante, eu acho que esse sofrimento muitas vezes vem de forma velada que ele não vai se colocar literalmente como racismo, mas ele vem como racismo também né? De quem pratica, de quem sofre. Então, assim, eu entendo que é um problema de todo mundo, a gente enquanto psicologia precisa pensar sobre isso (...).*

A ausência de legitimação se torna frequente, e o principal problema está no fato que o(a) negro(a) passa a se questionar sobre sua própria vivência a partir do desconhecimento do(a) psicólogo(a). Ele passa a se interrogar se aquilo realmente foi racismo, colocando seu vivenciamento em questão.

Ana Luísa: *(...) voltando na primeira pergunta sobre o racismo, ele sempre nos deixa em dúvida. Será que foi mesmo? Será que é coisa da minha cabeça? Será*

que... então assim, a perversidade do racismo ela tá aí. É tão perverso que você não sabe se realmente foi ou não foi. E vão ter várias pessoas para te falar que não foi, que foi uma brincadeira, um mal entendido, então ele é perverso por tudo isso.

Nesse sentido, ainda que cada indivíduo tenha uma forma singular de reagir perante a temática racial, cabe aos profissionais validarem todos relatos trazidos pelos clientes no cenário terapêutico (TAVARES; KURATANI, 2019). Assim, o reconhecimento do acolhimento como aspecto central na clínica é muito valorizado pelos profissionais entrevistados nesta pesquisa, como ilustrado abaixo.

Paula Gabriela: *(...) Eu acho que na terapia, o acolhimento para as pessoas negras têm muito potencial. Eu acho que é um processo de saúde mental, de conseguir viver viver no meio disso tudo, porque é difícil né, mas de conseguir viver bem, de conseguir alcançar lugares, de conseguir fazer coisas, enfim, se mobilizar e conseguir viver, viver bem.*

Pensando em tudo isso que foi trazido até aqui, torna-se de extrema importância repensar as práticas de atuação tradicionais. Aprofundando sobre isso, essa pesquisa também teve como objetivo investigar como os profissionais que atuam frente ao racismo estão exercendo o acolhimento com seus (suas) clientes. O acolhimento aqui, é compreendido, como uma conduta básica para a intervenção psicoterápica que diz respeito à violação de Direitos Humanos, tendo as relações raciais como foco (TAVARES E KURATANI, 2019; OLIVEIRA E SCHUMAN, 2015; DA SILVA, 2017).

Nessa perspectiva, ao longo das entrevistas, levantou-se questionamento aos participantes sobre a forma que eles procuram exercer o acolhimento durante os atendimentos, conforme apresentado nos trechos abaixo.

Flora: *A gente precisa trabalhar as potências, que é o que? O que o negro construiu, qual é a nossa ancestralidade, é... as nossas riquezas, a nossa relação com o corpo, como a gente se vê, o processo de autoestima, as nossas construções, a questão da representatividade, então é buscar todas essas linhagens, sabe?*

Fernanda: *Ah, a melhor forma de acolher é deixar falar. Se a pessoa não tá conseguindo, então a gente provoca para que consiga. E aí pode falar, e fala e fala... é a melhor forma de acolher o que quer se seja dito, até onde a pessoa dá conta. O que ela quiser falar... se ela quiser fugir do assunto e continuar falando, isso também é acolhimento. Aqui é um espaço pra fala, o que quer que seja.*

Ana Luísa: *(...) Mas o acolhimento vai muito nesse sentido, de dar espaço para ela, de na medida que ela suporta poder também nomear. Assim, eu acho que ajuda muito com nomear os sentimentos.*

Marina: *(...) Eu acolho, eu não sei explicar como direito. Eu acho que quando você exercita a escuta ativa e quando você consegue ser empático no sentido de conseguir de algum modo criar um ambiente para que essa mulher negra finalmente possa cair, finalmente possa sentir dor, finalmente possa mostrar suas fragilidades e sua angústia, esse acolhimento acontece assim.*

Ao analisar esses trechos, percebe-se diferenças e semelhanças entre alguns participantes a respeito das estratégias utilizadas pelos profissionais para promoção de acolhimento no cenário psicoterápico. A principal semelhança é o fato desses profissionais buscarem criar condições favoráveis para que o setting terapêutico seja um espaço do *vir a ser*, no sentido de permitir que o indivíduo sinta que aquele espaço é dele e que ele pode abordar qualquer coisa. Esse aspecto está presente em algum momento de todas as entrevistas realizadas.

A diferença se circunscreve justamente nas maneiras e nas ferramentas utilizadas, que atravessam ora o trabalho das potencialidades, ora a escuta empática e atenta. Assim, observa-se que, na visão dos participantes, o setting terapêutico é tido como um ambiente fundamental para se trabalhar questões relacionadas ao sofrimento psíquico derivado do racismo, mas também para focalizar em potencialidades, autoestima e empoderamento desses clientes enquanto indivíduos negros (as).

Tendo como base tais ações, cabe ressaltar o engajamento desses profissionais e o trabalho que eles têm realizado para acolher as diversas demandas advindas do

racismo, enquanto um fenômeno que gera constantemente e, em diferentes esferas sociais, sofrimento psíquico.

II.II UM VÍNCULO IDENTITÁRIO

Tornar-se igual, igualar-se. Eis o entendimento mais imediato de um processo de identificação. E também uma das principais razões apresentadas por pessoas negras que recorrem ao trabalho clínico de um(a) psicólogo(a) negro(a), como relatado por todos os profissionais entrevistados nesta pesquisa. Em se tratando de sofrimento psíquico e de questões ligadas ao racismo, porém, esse vínculo identitário nos permite leituras para além da linearidade.

Uma das reflexões possíveis é o fato de, em muitos casos, a escolha por um profissional ser feita tendo como referência experiências anteriores. Como já discutido neste artigo, as questões raciais e o impacto que elas exercem sobre as subjetividades negras não são temas comumente abordados na formação básica dos psicólogos brasileiros, o que leva a um despreparo dos clínicos para atuar quando esse tipo de queixa surge no setting terapêutico.

Esse impasse é definido por Gouveia e Zanello (2019, p.7) como uma “parede de vidro”, resultado de um cenário formado pela tentativa frustrada do paciente em ser compreendido e pela incapacidade do profissional de Psicologia de corresponder a essa demanda. As autoras discutem esse fenômeno a partir de relatos de sete mulheres que se identificam negras e são atendidas por psicoterapeutas brancos(as). Entre as inquietações relatadas, surgem a sensação de estagnação da terapia devido à falta de espaço para a temática racial e o incômodo com a inabilidade do(a) profissional para entender a fundo as questões levantadas. Uma das entrevistadas diz à dupla de pesquisadoras que gostaria de, durante o processo terapêutico, ter a “sensação de não ter que ficar explicando” as questões raciais”. Para ela, a formação nessa temática “é trabalho do profissional, e não do cliente” (p.8).

Relatos parecidos foram feitos por participantes desta pesquisa, mas sob uma perspectiva contrária: de que o vínculo identitário criado entre psicólogo e cliente é uma oportunidade de romper as barreiras de vidro do setting terapêutico.

Flora: *A minha proposta já é bem enegrecida. Eu faço a proposta terapêutica: “Olha, eu sou uma psicóloga negra e trabalho com a saúde mental da população negra”. Então, a pessoa que chega para ser atendida já chega confortável, para comigo, de falar sobre a existência dela. Não necessariamente ela fala de um ato racista que aconteceu. Porque ali, juntos, a gente já identificou que é (...) Ela vai contando a história dela, e, dentro dessa história que ela conta, a gente vai pontuando estratégias.*

Ana Luísa: *Por eu ser uma mulher negra, pesquisadora com mulheres negras em situação de rua, é fantástico o acesso que vem em outros meios de identificação (...) Tem hora que eu vejo no olhar: “Você é igual a mim, que massa.” (...) Outra coisa que aproxima muito é o cabelo (...) Elas chegam, batem papo, falam do cabelo delas. É uma coisa para a gente começar uma conversa, uma vinculação, um atendimento.*

A identificação estética relatada por Ana Luísa dialoga com a reflexão feita por Gomes (2002) sobre o fato de que a forma como a sociedade vê e opina sobre os corpos negros impacta profundamente na subjetividade de homens e mulheres, deixando marcas. Uma das facetas do racismo é atribuir inferioridade a características do corpo negro, influenciando em como a pessoa se percebe e se coloca no mundo. Há, por outro lado, resistência através dos corpos. E ela é histórica, lembra Gomes (2002), sinalizando, dessa forma, um caminho clínico de resgate. Segundo a autora, no Brasil, durante o período de escravidão, as danças, os cultos, as tranças, a capoeira e o uso de ervas medicinais para cicatrizar feridas deixadas pelo açoitamento foram exemplos de “maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo” (p.42).

Formas de intervenção adotadas por Fernanda, como uso de recursos da bioenergética, caminham nesse sentido. Ela conta que enfrenta algumas limitações para usar as técnicas com mais frequência, como a estrutura do consultório (espaço adequado e maior isolamento acústico) e o valor das sessões (maior que o atendimento tradicional). Mas avalia, pelas experiências profissionais que tem, que a possibilidade de “liberar as emoções que ficam aprisionadas”, de “soltar a raiva” usando movimentos do corpo, pode ser uma forma eficaz de lidar com os sofrimentos ligados a questões raciais.

Quanto à identificação do paciente com o(a) psicólogo(a) devido à crença de um entendimento conjunto das dores causadas pelo racismo, como o relatado por Flora no trecho destacado acima e por outros entrevistados, cabe uma discussão sobre as potencialidades, os riscos e as limitações dessa condição. Para Veiga (2019), há algumas questões da subjetividade negra que só podem ser acolhidas por um outro (a) negro (a). Nesse sentido, ele defende que a expansão da Psicologia preta pode ter um efeito subjetivo semelhante ao dos quilombos, espaços construídos por escravos em que eles conseguiam “restabelecer o senso de identidade e de coletividade” (p.245).

Nessa perspectiva, um setting terapêutico formado por “negros e negras é cura”, acredita Veiga (2019, p.248), e também a materialização do que ele chama de descolonização da Psicologia. Segundo ele, esse processo não se limita à diversificação de teorias na formação básica de psicólogos (as), incluindo reflexões aprofundadas sobre a questão racial. Também passa por discutir o lugar ocupado pelo (a) psicólogo (a), já que “é desse lugar que ele exerce a escuta” (p.246). Há implicações da subjetividade negra que não podem ser alcançadas por um(a) psicólogo(a) de cor branca, argumenta Veiga (2019), devido “aos efeitos dos privilégios de se ter uma pele branca” (p.246) na produção de sua subjetividade.

Por sua vez, o vínculo criado por experiências compartilhadas pode ser uma desafio para os(as) terapeutas negros(as), como relatado por Fernanda e Marina.

***Fernanda:** É fácil e é difícil. É fácil porque me toca, há um processo de identificação. Então, eu sei por onde ir, mais ou menos, né. Tipo o que eu precisaria, o que eu gostaria de receber, o que eu já recebi. Eu entendo o acolhimento dessa forma: “Pode falar. Quer ficar em pé? Quer deitar? Quer chorar? Chore”. Mas é difícil porque dá uma vontade de fazer umas coisas que não é possível. É uma raiva que a gente vai sentir junto, mas eu não vou poder expressar a raiva. Eu vou acolher. (...) Também é difícil ver que a dor permanece, se repete. Saio com a sensação de que tem eu trabalhando nisso, vão ter outras pessoas depois de mim, isso tava sendo feito por outras antes. É um processo longo, até porque as pessoas brancas não procuram fazer terapia para lidar com o seu racismo.*

Marina: É sempre importante o profissional negro pensar na construção da sua própria subjetividade atravessada pela raça, até onde ele deu conta dessas questões (...) O profissional negro que atende sem ter se questionado sobre isso, sem ter minimamente resolvido, ou pelo menos identificado, as próprias questões advindas do racismo, é perigoso que conduza uma conversa de amigos, uma conversa de duas pessoas feridas que querem se curar. E não é por aí que o nosso trabalho deve caminhar.

Os dois relatos sinalizam a necessidade de os(as) profissionais negros(as) terem um suporte para melhor atender às demandas de seus clientes negros(as). O acompanhamento terapêutico e uma supervisão clínica são os cuidados a que recorre a maioria dos profissionais da área, independentemente de gênero, cor e abordagem. Porém, por serem tradicionais, essas opções estão tomadas pelo fazer histórico da Psicologia no Brasil, marcado pelo silenciamento das questões raciais.

Nesse sentido, Silva (2010), considera que o(a) psicólogo(a) negro(a) pode viver um impasse. “Tendo percorrido toda uma formação numa faculdade majoritariamente de professores brancos, com uma ideologia de supremacia branca, torna-se no mínimo estranho a si mesmo e aos outros” (p.53), se lançando na prática clínica “à própria sorte”.

Para Gouveia e Zanello (2019), essa formação tradicional travestida de um discurso universalizante é, na verdade, uma violência. Ela não instrumenta os profissionais para acolherem os seus clientes considerando suas especificidades, o que favorece o silenciamento das dores. “É como se o sofrimento não tivesse raça, gênero e classe social. Quando se trata como igual os diferentes, incorre-se em um tipo de violência que se caracteriza, nesse caso, como institucional”, justificam (p.12).

Diferentemente de Veiga (2019), as autoras defendem que a escuta clínica das questões raciais pode ser bem conduzida também por profissionais não negros. Elas lembram, inclusive, que, ao longo das sessões, nem sempre é confirmada a aposta de que o(a) psicólogo(a) negro(a) vai compreender as questões trazidas pelo(a) paciente apenas pelo fato de já ter passado por situações semelhantes. Vivência é diferente de

formação, ressaltam Gouveia e Zanella (2019), que sugerem alguns caminhos para sanar o que consideram um equívoco:

A formação necessária deverá, portanto, alcançar áreas falhas diferentes: para a psicoterapeuta branca, no sentido de tornar o sofrimento de base racial visível (e a consciência de sua própria identidade racial); para a psicoterapeuta preta, no sentido de instigá-la e conduzi-la a elaborar suas próprias questões raciais. (p.12)

Essa possibilidade de repensar o vínculo clínico para além da forma como o(a) psicólogo(a) se identifica, se negro (a) ou não, também foi levantada por alguns entrevistados. *“Não quero só gente preta implicada não, eu quero as pessoas brancas super implicadas, pensando os atos delas, sabe?”*, afirma Fernanda. Ana Luísa, por sua vez, enfatiza que, ao não falarem sobre as questões raciais no setting terapêutico, *“os profissionais brancos estão compactuando para que o racismo exista”*.

Resta ao cliente negro, sem acesso a essa escuta adequada, a sensação de que o sofrimento derivado do racismo é deslegitimado por um silenciamento institucionalizado, praticado justamente por profissionais que deveriam estar atentos a todas as nuances da subjetividade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões sobre os resultados da pesquisa, percebemos que uma prática cidadã antirracista envolve reconhecer o racismo internalizado em todos e ter a disposição e a responsabilidade de questionar falas — próprias e alheias —, contextos, políticas, imagens e diversas outras contingências presentes no cotidiano. Nesse sentido, estar atento a si e aos outros é importante para a desnaturalização do racismo. Quanto à prática profissional, os entrevistados de estudiosos do tema fomentam o debate: o sofrimento derivado do racismo deve ser uma temática que cabe apenas a psicólogos(as) negros(as)?

A fala de Ana Luísa, exposta abaixo, convoca-nos a uma reflexão importante, com a qual escolhemos para encerrar este artigo.

Ana Luísa: *“Temos que pensar sobre isso o tempo todo. Mas não pode ser uma coisa para um grupo só. É muito pesado, basta tudo o que a gente passa. Então, temos que pensar, resolver e não ser ouvidos ainda por cima?”*

Assim como Ana Luísa questiona acima, a pesquisa nos aponta a importância da prática de uma Psicologia antirracista praticada por todos(as), brancos(as) e negros(as). No que tange a este tema, é importante a estratégia da “redistribuição da violência”, segundo Veiga (2019). Trata-se do reconhecimento do lugar de fala do branco numa sociedade racista, um ato de marcar quem é quem dentro do discurso racial.

Assim, saber reconhecer os privilégios e as violências perpetuadas historicamente pela negação epistemológica do lugar do negro na literatura e nas práticas da Psicologia é um primeiro passo para a construção de uma Psicologia antirracista praticada por todos(as), não só por psicólogos(as) negros(as).

Em se tratando da formação e do exercício da Psicologia no Brasil, promover sua descolonização também parte por marcar que a Psicologia brasileira é branca. Tendo sido colonizados por uma branquitude-patriarcal-europeia, ficou identificado como sendo bom, inteligente ou relevante a criação do colonizador, inclusive e, talvez principalmente, sua produção de conhecimento (VEIGA, 2019: 245)

Dito isso, entendendo que nosso recorte foi entrevistar apenas profissionais negros(os), defendemos que é fundamental futuras pesquisas ampliarem a reflexão através de entrevistas com psicólogos(as) brancos(as). Como lembram Sampaio e Gonçalves Filho (2011) e Veiga (2019), sentimentos têm origem histórica e política. Por isso, todos os profissionais da Psicologia precisam refletir sobre suas práticas e criar condições que ajudem seus clientes a compreenderem as dimensões de suas dores. Se não, em se tratando de questões raciais, eles corroboram com um apartheid psíquico (BENEDITO, 2018). Fecham os olhos para a subjetividade negra e o seu sofrimento, pela falta de preparo e/ou de interesse, e priorizam o apoio aos clientes brancos.

Esta pesquisa também revela a necessidade de mais estudos sobre quais são as inquietações, as reflexões e os sofrimentos trazidos por clientes negros(as). O preparo do profissional da Psicologia quanto às questões raciais não pode se limitar ao entendimento do legado eurocêntrico da Psicologia brasileira. É preciso ir além, ter um olhar e um fazer que considerem a configuração política das dores. Ou seja, ter um olhar e um fazer fundamentados em conhecimentos científicos sobre o sofrimento derivado do racismo.

Para Sampaio e Gonçalves Filho (2011), é possível ajudar a curar traumas entendendo a força e a abrangência da política de hierarquização das pessoas a partir da cor da pele. Assim, temas que chegam ao setting terapêutico — solidão da mulher negra, raiva sem motivo aparente, injustiças organizacionais e relações afetivas interracialis, como ilustraram alguns dos entrevistados — passam a ser recebidos por um profissional que tem uma escuta ativa e preparada independentemente da sua cor. O(a) cliente negro(a) não se sente sozinho(a), incompreendido(a) ou, como descrevem Sampaio e Gonçalves Filho (2011) sem querer enfrentar o que lhe causa sofrimento para “não mais sangrar” (p.15). Que a branquitude crítica e a prática de uma Psicologia antirracista possam caminhar lado a lado e libertar centenas de milhares de pessoas de um sufocamento histórico!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõe desigualdade racial no Brasil. Rio de Janeiro: Lupa, 2019. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020

ANPSINEP. (2012) Disponível em: < <https://ansinep.cfp.org.br>>. Acesso em: 20/03/20.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Copyright, 2009, pp. 93-111.

BALBINO, Vivina do C. Rios. **Violações dos direitos humanos no Brasil e propostas de mudanças na formação e prática do psicólogo**. Psicol. Am. Lat. n.11 México set. 2007

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Tabela 6403 - População, por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>

FRANCO, Luiza. Caso João Pedro: Quatro Crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. São Paulo: BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

BATISTA et al. **Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais**. Psicologia Política. Vol. 14. Nr. 30., p. 325-345. 2014

BENEDITO, Maiara de Souza. **A relação entre Psicologia e Racismo**: as heranças da clínica psicológica. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2016). **Painel de indicadores do SUS nº 10: Temático saúde da população negra** Vol. VII. Brasília, DF: o autor.

CERQUEIRA, Fernanda Brito Pinheiro. **Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras**: o impacto do racismo. 2013. 71f. Dissertação (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o). CFP. 2017.

DA SILVA, Márcia. **Racismo e Subjetivação**. 2010. 78 p. Monografia de Conclusão de Graduação. UniCEUB, Brasília. 2010.

DA SILVA, Maria Lúcia. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz; DA SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi (Orgs). **O racismo e o negro no brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, pp.71-91.

DA COSTA, Elizama Franciane; DE OLIVEIRA, Patrícia Alessandra. O sofrimento psíquico causado pelo racismo e seu impacto na subjetividade. **Revista UNINGÁ**, v.56 (1), pp.114-130. Jan/Mar-2019.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38 (3), pp.450-464. 2018.

DE OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso. **Racismo, direitos e cidadania**. Estudos Avançados 18 (50), 2004.

ESPINHA, Tatiana Gomez. (2017). **A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FOLHA DE S. PAULO. **George Floyd, cuja morte escancarou racismo da polícia dos EUA, é enterrado em Houston**. 09.06.2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/george-floyd-sera-enterrado-nesta-terca-em-houston-ao-lado-de-sua-mae.shtml>>. Acesso em: 18 de jun. de 2020.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, v.21, pp 40-51. Set-2002

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v.24, pp.1-15. Dez-2019.

IGREJA, Rebecca Lemos. Combate al racismo y la discriminación racial en Brasil: legislación y acción institucional. **Desacatos: Revista de Antropología Social**, pp.32-49 Nov-2015.

KILOMBA, Grada. **A máscara do silenciamento**. Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180. Tradução Jéssica Oliveira de Jesus. Original KILOMBA, Grada. "The Mask" In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010

MÄDER, Bruno Jardini. Diálogos iniciais. In: MÄDER, Bruno Jardini. **Psicologia e relações étnico raciais**: diálogos sobre sofrimento psíquico causado pelo racismo. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia, 2016, pp.15-19.

MAZAMA, Amma. A afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Copyright, 2009, pp. 111-129.

MUNANGA, Kabengele. Negritude - Usos e sentidos. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB, 2003, Rio de Janeiro.

PINTO, Paula Gabriela de Souza. **“ESTAMOS AQUI!”: ATUAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE**. 2019. pp.121. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; LIMA, Joice Naiane Santos. Saúde mental e relações étnicas: formação do psicólogo para o SUS e o SUAS, colonização e currículo. **ODEERE - Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v.2 (4), Jul-Dez. 2017.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; Nascimento, Maria da Conceição. (2018). Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da ABNP**, v.10 (24), Nov-Fev. 2018, pp.216-240.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. **ODEERE - Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 166-178, dez. 2017. ISSN 2525-4715. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2361>>. Acesso em: 28 out. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2361>.

SAMPAIO, Adriana Soares; GONÇALVES FILHO, José Moura. Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a Psicologia. **Notícias do I PSINEP. Aqui estamos**. São Paulo, 2011.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos (as). **Revista EPOS**, v.6 (2), p.117-140, jul-dez.2015.

SANTOS, Suzane Luz Pereira; PENHA, Edneia; RIBEIRO, Alexandre; RIBEIRO, Jucimário; QUEIROZ, Gabriel Sá Barreto; SILVA, Raiane Lai Garcia. A representação negra nas telenovelas brasileiras: como a telenovela “viver a vida” retrata socialmente – implícita

e explicitamente – a socialização da pessoa negra no Brasil? *Direito UniFACS - Debate Virtual*. Salvador, v.1, n. 237, pp. 1-19, 2020.

SCHUCMAN, L.V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 122 p. Dissertação (Doutorado) – Universidade de São Paulo. 2005

SCHWARCZ, L.M. **Raça, Cor e Linguagem**. In: KON, N.M; DA SILVA, Maria Lúcia; ABUD, C.C. *O Racismo e o Negro no Brasil: Questões Para a Psicanálise*. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. pp. 91-121.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39, pp.1-13, Jun.2019.

VEIGA, Lucas Motta. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.31, p.244-248, set. 2019.

VEIGA, Lucas Motta. **Qual a cor da Psicologia do Brasil?** Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/4697-qual-a-cor-da-psicologia-no-brasil.html>. Acesso em: 06 Jun.2020

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizar a Psicologia: Considerações a uma Psicologia Preta**. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/20238/descolonizar-a-psicologia-consideracoes-a-uma-psicologia-preta> . Acesso em: 29 Julh.2020

ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Racismo e sofrimento psíquico: desafios e perspectivas do profissional da psicologia

UniCEUB – FACES – Curso de Psicologia

Professor responsável: Dr. Lucas Alves Amaral

Pesquisadoras: Carmen Lúcia Melo de Souza e Luísa Arcoverde Bezerra Soares

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa: Racismo e sofrimento psíquico: desafios e perspectivas do profissional da psicologia. Você precisa decidir se quer participar ou não. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se você desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

Antes de decidir se deseja participar, você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O presente trabalho de pesquisa faz parte do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) do curso de Psicologia.
- O objetivo específico deste estudo é compreender os desafios e as perspectivas dos profissionais da psicologia na prática de enfrentamento aos sofrimentos derivados do racismo.
- Sua participação está sendo requisitada exatamente por você ser psicólogo (a) que atua na prática de enfrentamento aos sofrimentos derivados do racismo.

- O estudo consiste em ter as informações coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas.
- Caso o pesquisador sinta necessidade, é solicitada a permissão para a realização de entrevista com professor(es) de seu filho (a), afim de obter maiores informações a respeito das relações estabelecidas pela criança na escola.
- As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas com o objetivo de possibilitar um maior detalhamento dos dados coletados.

Riscos e benefícios

- De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e resoluções complementares que designam as diretrizes éticas nacionais, este projeto será submetido a avaliação do Comitê de Ética do Centro Universitário de Brasília por envolver pesquisa com seres humanos. Os riscos relativos à análise dos dados e à entrevista semiestruturada são baixos, eles podem ser: algum tipo de estigmatização, exposição dos participantes e invasão da privacidade deles. Para reduzir esses riscos, este projeto de pesquisa promoverá o acesso dos resultados da pesquisa aos seus participantes, além disso haverá sempre a adesão de uma postura ética durante a realização das entrevistas e contato com os participantes, evitando coloca-los em situações constrangedoras através das perguntas e ficando sempre atenta aos sinais explícitos e não explícitos, verbais e não verbais que possam expressar desconforto por parte dos entrevistados. Os princípios, valores culturais, religiosos e morais e os costumes dos participantes também serão levados em consideração e respeitados. Além das medidas que serão tomadas com o objetivo de preservar os participantes, também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), produzido pela pesquisadora e que será entregue aos participantes da pesquisa no primeiro contato da pesquisadora com eles no momento do início da realização da entrevista. Os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo das informações fornecidas pelos entrevistados e das informações pessoais deles, assim a identidade dos mesmos também não será revelada. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

- Sua participação poderá ajudar na compreensão dos desafios e perspectivas dos profissionais da psicologia na prática de enfrentamento aos sofrimentos derivados do racismo.

- A sua participação é totalmente voluntária.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Confidencialidade

- Os dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e pelo professor orientador, de modo que não será permitido o acesso aos dados por outras pessoas.

- O material com as informações ficará guardado sob a responsabilidade do pesquisador Lucas Alves Amaral com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados até a conclusão do Programa de Iniciação Científica e após esse tempo serão destruídos.

- Caso queira mais informações relativas a sua participação no estudo, entre em contato com a pesquisadora responsável pelo e-mail: lucas.amaral@ceub.edu.br ou pelo número de telefone celular (61) 9 99380785.

- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas as conclusões obtidas como um todo, sem revelar o nome da criança, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, ou caso queira informar ocorrências irregulares ou danos durante a sua participação no estudo, entre em contato com o pesquisador responsável pela disciplina, Dr. Lucas Alves Amaral, pelo e-mail: lucas.amaral@ceub.edu.br

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília

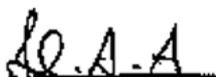
– CEP/UnICEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail: cep.uniceub@uniceub.br.

Eu, _____, telefone _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, _____ de _____ de ____.

Participante



Pesquisador responsável: Lucas Alves Amaral

Anexo B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Conte-nos sobre sua formação em psicologia? Quando se formou, onde realizou sua formação e em qual ou quais áreas se especializou?
2. Conte-nos sobre sua atuação profissional como psicólogo(a). Desde quando atua? Onde já atuou e como tem sido o seu trabalho hoje.
3. O que pensa sobre o tema do racismo (ou relações raciais) e do sofrimento derivado sobre discriminação racial no Brasil?
4. Como os casos aparecem para você neste ambiente de trabalho? Quais são as principais queixas e as demandas dos clientes?
5. Como você pratica o acolhimento diante desse contexto das relações raciais?
6. Como você procura exercer esse papel de acolhimento?
7. Você pode nos contar um caso que mais te marcou durante a sua trajetória profissional relacionado às relações raciais?
8. Como psicólogos podem atuar em relação ao tema do racismo? Fale-nos sobre possíveis modos de atuação que já realizou ou conhece em relação ao tema. (Em caso necessidade, citar exemplos)
9. O que pensa que pode ser feito por parte de profissionais da psicologia (de um modo geral, ou seja, na clínica e para além dela) para enfrentar o racismo e o sofrimento derivado da discriminação racial no Brasil?
10. Fale-nos sobre o que pensa da inclusão de autores e discussões sobre o tema na formação de profissionais da psicologia. (Citar psicologia afrocentrada).
11. Se você pudesse nos sugerir alguma leitura sobre essa interface entre psicologia e relações raciais, qual seria?